



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA – ITAPREV E A EMPRESA MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 /2026.

Ao dia 16 do mês de Janeiro de 2026, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA - ITAPREV**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 22.182.519/0001-70, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1135 – Bloco B - Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, representado por seu Superintendente o Senhor **Rafael de Jesus Freitas**, brasileiro, casado, CRA – SP nº 6-004024, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.393.176-2 e do CPF nº 146.010.888-44, residente e domiciliado na Estrada de Itapecerica, 2.880, apto 116-B – Vila Prel – São Paulo – SP – CEP 05835-004, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 14.813.501/0001-00, com sede na Av. Santos Dumont, 3060 - Aldeota – Fortaleza – CE – CEP 60150-162, representada pelo sócio administrador, **Vitor Leitão Rocha**, casado, portador da Cédula de Identidade com RG nº 960.100.272-08 e do CPF nº 011.489.933-98, residente e domiciliado à Rua Doutor José Lino, 171, ap. 2202, Torre Miró – Mucuripe - Fortaleza – CE - CEP 60165-270, doravante denominada **CONTRATADA**, ambas com sujeição à legislação vigente, em especial ao art. 74, inciso III, a, Parágrafos 3º e 4º da Lei Federal nº 14133/21 e suas atualizações, celebram o presente Contrato mediante as Cláusulas e condições abaixo declinadas e atendimento ao Termo nº 13/2025 o qual é parte integrante desta contratação:

I – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de Consultoria de Valores Mobiliários, de forma profissional, independente e individualizada, consistindo em:

- a) Orientação, recomendação e aconselhamento sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2021, Resolução CVM nº 19/2021 e Resolução CVM nº 175;
- b) Apoio técnico ao cumprimento da Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

- c) Condução do processo de credenciamento, análise e monitoramento de instituições financeiras, conforme critérios prudenciais exigidos para RPPS;
- d) Disponibilização de ferramenta informatizada que realize o cálculo da rentabilidade proporcional sobre resgates, em conformidade com a IPC 14;
- e) Assessoria técnica para manutenção e aprimoramento da certificação Pró-Gestão RPPS;
- f) Elaboração e entrega de Estudo de Asset Liability Management – ALM com metodologia atuarial, projeções econômicas e análise de aderência ativos-passivos.
- g) As especificações detalhadas dos serviços encontram-se no Termo de Referência TR-13/2025.

II – DAS NORMAS REGENTES

2.1. O contrato rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela legislação previdenciária aplicável aos RPPS, pelas resoluções do CMN e da CVM referidas no Termo de Referência e pelas condições nele estabelecidas.

2.2. Integram este contrato:

- a) Termo de Referência TR-13/2025;
- b) Proposta apresentada pela CONTRATADA;
- c) Processo administrativo de contratação.

III - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente por até 10 anos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação dependerá de:

- a) interesse da Administração;
- b) manutenção das condições de habilitação e das vantagens do preço;
- c) manifestação expressa da CONTRATADA.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

IV – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados mediante reuniões técnicas, atendimento presencial ou remoto e entrega de relatórios técnicos, além dos documentos previstos no Termo de Referência nº 13/2025.

4.2. A CONTRATADA deverá manter armazenados todos os documentos técnicos por 10 anos, disponibilizando-os ao ITAPREV sempre que solicitado.

V - DA VERBA CONTRATUAL

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato, onerarão o elemento da seguinte dotação orçamentária 3.3.90.35.01, constante do orçamento do corrente exercício.

VI – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor global do contrato é de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas igual de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais). O valor proposto é de responsabilidade da contratada e deverá contemplar todas e quaisquer despesas existentes, tais como encargos, tributos, custos, e demais despesas que possam incidir, direta ou indiretamente na prestação de serviços aqui objetivada.

6.2. O presente contrato poderá ser rescindido ou denunciado a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito da parte interessada.

VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 5 do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

7.2. Notas fiscais com erro ou pendência terão o prazo de pagamento suspenso até regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.3. O não cumprimento de obrigações dará ensejo a glosas proporcionais.

VIII – DO REAJUSTE

8.1. O valor do contrato será reajustado anualmente pela variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, contada a partir do mês da apresentação da proposta.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar todos os serviços descritos no TR-13/2025;
- 9.2. Manter equipe técnica com certificações exigidas (CVM, CORECON, CEA/CGA, Certificação Avançada da SPREV e Compliance Officer);
- 9.3. Garantir independência e ausência de vínculo com instituições financeiras;
- 9.4. Entregar relatórios mensais de serviços;
- 9.5. Disponibilizar ferramenta de cálculo de rentabilidade sobre resgates (IPC 14);
- 9.6. Apresentar estudo ALM dentro do prazo estabelecido;
- 9.7. Manter sigilo e proteger dados conforme LGPD;
- 9.8. Comunicar imediatamente qualquer fato que comprometa a execução contratual.

X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) fiscalizar e acompanhar a execução contratual;
- b) fornecer informações necessárias à execução;
- c) realizar os pagamentos devidos;
- d) registrar o contrato no PNCP;
- e) manter atualizado o processo administrativo.

XI – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. Ficam nomeados como gestor e fiscal do presente contrato, respectivamente, os servidores: Claudinéia Previati Hengles e Alex Domingues de Castro Santos.

XII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133 de 2021, o **CONTRATADO** que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou a entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846 de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando o **CONTRATADO** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) multa:
 - I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor inadimplido, até o limite de 30% (trinta por cento)

12.3. aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral ao dano causado ao **CONTRATANTE**.

12.4. todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

12.5. antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. a aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

XIII - DO DEVER DE SIGILO E DA PROTEÇÃO DOS DADOS (LGPD)

13.1. A CONTRATADA se obriga a manter estrita confidencialidade sobre todas as Informações que sejam classificadas pela CONTRATANTE como “Informações Confidenciais” e a empregar todos os meios para proteção de Informações Confidenciais, bem como a exigir que as pessoas por elas envolvidas no objeto do Contrato respeitem a confidencialidade destas informações, podendo a CONTRATANTE exigir que a CONTRATADA obtenha destes terceiros acordos de confidencialidades nos mesmos moldes desta cláusula, antes de sua divulgação;

13.2. Não é considerada Informação Confidencial aquela que: (a) estiver em domínio público antes de sua obtenção pela CONTRATADA; (b) cair em domínio público em decorrência de publicação ou de qualquer outra forma autorizada pela CONTRATANTE; (c) for digitada no sistema informatizado de gerenciamento disponibilizado para prestação de serviços ou disponibilizada para sites de domínio público ou sites de Órgãos



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fiscalizadores e Reguladores, incluindo os lançamentos de informações constantes ou à constar, publicamente, em domínios do Ministério da Previdência Social (MPS) e da Secretaria de Previdência Social (SPREV); (d) legitimamente já era conhecida pela CONTRATADA antes de sua revelação; e (e) não puder causar qualquer tipo de prejuízo à CONTRATANTE, se divulgada;

13.3. A CONTRATANTE declara-se ciente e concorda que a CONTRATADA preste informações, inclusive as Informações Confidenciais, em cumprimento de lei, de atos normativos de autoridades e órgãos governamentais, quando por estes requisitados;

13.4. A CONTRATANTE desde já, consente e consequentemente autoriza, expressamente, a CONTRATADA, a fazer uso/tratamento dos seus dados, nos termos dos artigos 7º, inciso I; artigo 11, inciso I e por fim, artigo 26, § 1º, inciso IV, todos da Lei n.º 13.853 de 2.019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

XIV - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

14.1 - Não se estabelece qualquer vinculação seja trabalhista ou de outro tipo entre a **CONTRATANTE** e as pessoas que eventualmente vierem a ser utilizadas pela **CONTRATADA** para a prestação dos serviços, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas aos profissionais utilizados, assim como a responsabilidade por eventuais reclamações trabalhistas que porventura venham a ocorrer motivadas pelo objeto do presente contrato, obrigando-se a **CONTRATADA** ao ressarcimento de eventuais desembolsos por parte da **CONTRATANTE** e relacionados a qualquer demanda trabalhista movida por seus funcionários, prepostos e/ou prestadores de serviço.

XV – DA RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses, formas e consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no caso de descumprimento total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas, bem como por razões de interesse público devidamente justificadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

XVI – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Itapeçerica da Serra, para dirimir quaisquer questões atinentes ao presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

E por estarem justas e Contratadas, assinaram as partes, o presente Contrato em quatro vias de igual teor e forma assinados e rubricadas, na presença das testemunhas abaixo.

Itapequerica da Serra, 16 de janeiro de 2026.

Instituto de Previdência do Município de Itapequerica da Serra - ITAPREV

CONTRATANTE

Matias e Leitão Consultores Ltda.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
